

## CONSUMO

# Endividamento das famílias chega a 78,8%

Pesquisa da CNC mostra que a demanda por crédito continua crescente, à medida em que as taxas de juros e outras condições estabilizam a inadimplência

» HENRIQUE FREGONASSE\*

O número de famílias brasileiras endividadas atingiu, em maio, o maior nível desde novembro de 2022, com 78,8%. Segundo a última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), maio foi o terceiro mês seguido, no ano, com crescimento da taxa — março apresentou 78,1% e abril, 78,5%.

O endividamento de que trata a pesquisa engloba as dívidas a vencer (cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa), não se tratando de pagamentos atrasados.

Segundo o estudo, as famílias continuam aumentando sua demanda por crédito e aproveitando o menor custo com juros e a maior oferta de crédito. A pesquisa mostrou que o saldo das operações de crédito para pessoas físicas aumentou 0,8% em abril de 2024, de acordo com o Banco Central, enquanto o crescimento acumulado em 12 meses acelerou de 8,6% em março para 8,9% em abril.

Em relação às modalidades de crédito, o cartão de crédito foi a mais utilizada pelas famílias (86,9%) em maio de 2024, mesmo apresentando retração de 0,4% em relação ao mesmo mês de 2023 e de 0,2% em relação a abril de 2024. Carnês (16,2%) e crédito pessoal (9,8%) também foram destaques entre os fatores para o endividamento.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, conta que maio apresentou o menor valor da série histórica (desde 2010) de uso do cheque especial (3,9%), o que mostra uma utilização mais responsável do crédito.

“Isso mostra que, quando a família tem uma ‘dor de barriga’, precisa, às vezes, de um crédito para resolver um problema pontual, ela tem trocado instrumentos mais caros — como o cheque especial — por modalidades mais vantajosas — como um crédito consignado e crédito pessoal”, sinaliza.

Para ele, os hábitos das famílias brasileiras com relação ao crédito têm passado por grandes mudanças, motivadas pela bancarização da economia.

“Nos últimos anos, o Brasil passou por um processo de bancarização. Teve todos os movimentos de *open finance* e isso levou toda a população para um mercado mais bancarizado. E toda essa transformação cultural dos últimos anos contribuiu para se ter mais endividamento. As pessoas pararam de transacionar dinheiro vivo”, comenta. “Houve muitas medidas que conseguiram popularizar e democratizar o acesso ao crédito e aos serviços bancários no Brasil — a vinda das *fintechs*, o crescimento dos bancos digitais, o uso do PIX e sua liberação no mercado bancário —, então a gente vê esse efeito nesse aumento de endividamento.”

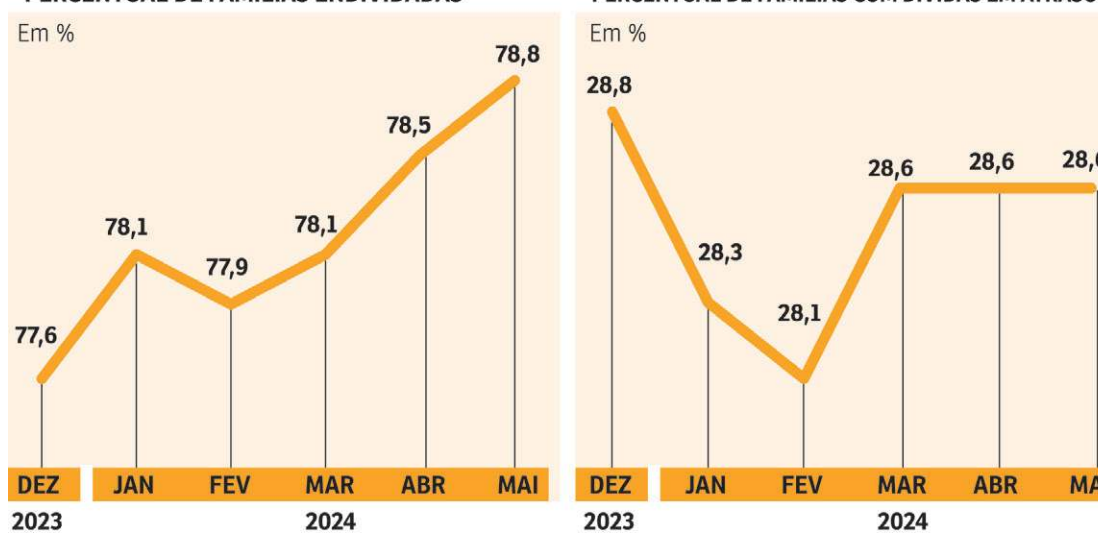
## Inadimplência

A Peic mostrou que a inadimplência — condição relativa às dívidas em atraso — se manteve estável em maio, repetindo o valor de 28,6% de abril e mostrando redução em relação a maio de 2023 (29,1%). O percentual de famílias que não terão condições de pagar dívidas foi ligeiramente menor que o de abril, caindo de 12,1% para 12%. Além disso, a pesquisa mostrou que 20,8% dos consumidores iniciaram o mês de maio com mais da metade da renda comprometida com dívidas.

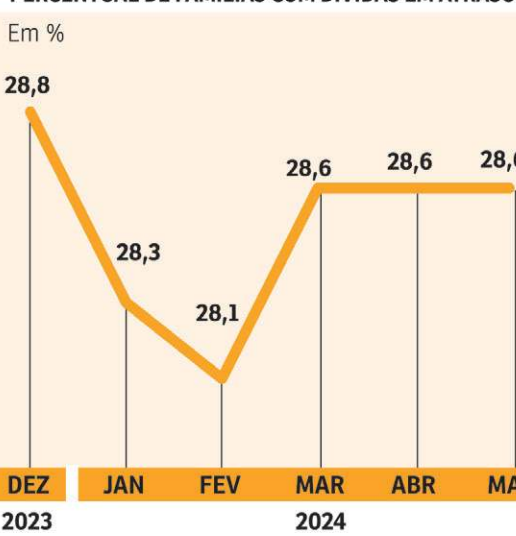
## Aperto no bolso



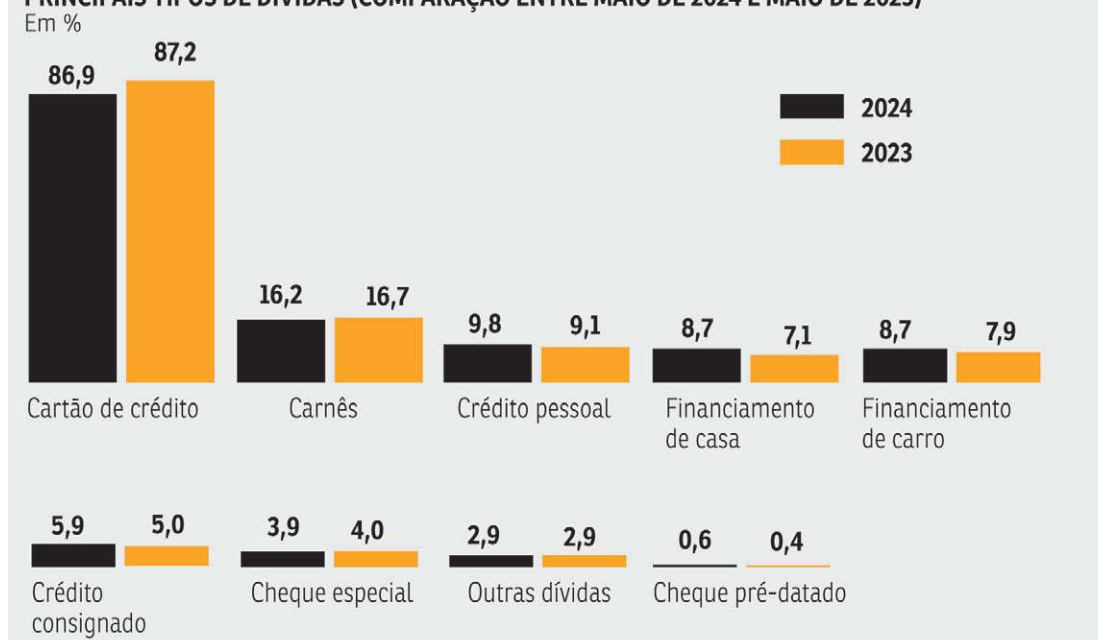
PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS



PERCENTUAL DE FAMÍLIAS COM DÍVIDAS EM ATRASO



PRINCIPAIS TIPOS DE DÍVIDAS (COMPARAÇÃO ENTRE MAIO DE 2024 E MAIO DE 2023)



O consultor de crédito, analista político-econômico e de estudos econométricos, João Paulo Travasso Maia, explica que o endividamento, por si só, não é um problema, mas pode acarretar em um acúmulo de dívidas que fuja do controle financeiro da família, caso ocorra sem planejamento prévio.

“Se a pessoa vai pegar um crédito, um empréstimo pessoal para pagar alguma conta recorrente, por exemplo, água, luz ou telefone, para parcelar no cartão de crédito, são coisas que vão ocorrer todos os meses. Isso pode gerar um efeito ‘bola de neve’ que, aí sim, leva para a inadimplência. Esse é, realmente, o problema que a gente tem que tratar. O endividamento pode levar à inadimplência, mas vai depender muito do contexto em que aquela dívida está sendo feita e do contexto daquela pessoa”, ressalta.

## Cuidados

As projeções da CNC trazidas pela pesquisa mostram que o endividamento das famílias deverá atingir os 80,4% até dezembro de 2024, enquanto a taxa de inadimplência (dívidas atrasadas) deverá se manter estável por alguns meses e aumentar mais próximo ao final do ano — batendo os 29,4% em dezembro.

Frente a essas prospecções, João Paulo Travasso Maia chama atenção para alguns cuidados que devem ser tomados pelas famílias para evitar a inadimplência. Para o economista, esse planejamento precisa começar pela organização da situação financeira, especialmente para pessoas já endividadas.

“Se a pessoa já tem uma dívida, algum tipo de dificuldade é importante que ela organize a sua situação financeira antes de

contrair novas dívidas. Então, regularizar a situação financeira, abandonar gastos mais supérfluos e focar realmente no que você precisa para reconstruir a sua situação financeira. A partir disso, é importante você ter algum tipo de reserva de emergência, programar suas contas e ter na ponta do lápis, mesmo, o que você gasta, como você gasta, o quanto entra na sua casa, seja por uma pessoa só ou o conjunto da família toda. É importante você ter ciência da situação financeira, pagar as dívidas que já existem, ‘limpar’ o seu nome e deixar tudo certinho. E, a partir daí, você construir uma reserva de emergência e conseguir ter esse melhor relacionamento com o mercado para contrair novas dívidas”, indica.

\*Estagiário sob supervisão de Edla Lula

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Muito calor e pouca luz

As falas enfezadas do presidente Lula, os artigos de economistas e os comunicados insossos de entidades empresariais pré e pós cada sessão do Copom, o Comitê deliberativo da taxa Selic formado pelos nove diretores do Banco Central, têm algo em comum, seja contra ou a favor da decisão sobre os juros: todos eles contam meias verdades.

A diretoria do BC, isto é, o Copom, decidiu na quarta-feira parar a desengorda da Selic. Foram sete quedas desde agosto de 2023, quanto estava em 13,75%, até o patamar atual de 10,50%. O sinal é de que permanecerá assim até, pelo menos, a virada do ano.

Significa uma taxa real, tirando a inflação projetada no último boletim Focus para os próximos 12 meses (3,61%), de 6,6% — nível restritivo para ativar o crescimento movido a investimento e para desinflar o endividamento de famílias e empresas — tão alto que o programa Desenrola, de renegociação de dívida, foi como aperitivo.

Naturalmente, ninguém gostou da parada da Selic. Já não gostava há muitos anos, pois assim tem sido desde que a nossa geração se conhece por gente. E o que se fez e se faz para reverter esta situação esdrúxula, sabendo-se que, num país com tudo por se fazer, custo acessível do capital privado e público é condição essencial para um ciclo longo, que perpasse décadas, de prosperidade?

Para valer, pouco ou quase nada, estando aí a gênese da baciada de meias verdades sobre o imbróglgio dos juros. É como se fosse um trauma de infância, que persegue o indivíduo por toda a sua vida.

É meia verdade, por exemplo, atribuir ao presidente da vez do BC, até o fim do ano o ex-tesoureiro do Santander Roberto Campos Neto, toda a culpa pela Selic obesa. Ela é gorda desde o nascimento, em 1986. Só por curto período, de agosto de 2020 a março de 2021, foi enxuta, de 2% ao ano, implicando sequelas como a rápida subida até 13,75% para tentar frear a disparada da inflação depois do receso da pandemia da covid-19, que quebrou as cadeias de produção no mundo.

Buscar vilões por obstáculos que não se consegue ou se desconhece como remover é próprio da política movida a emoções, não da busca de soluções racionais e efetivas. Juro punitivo, carga tributária de 33% do PIB, a montanha de gastos públicos indefensáveis além de jamais avaliados, o emaranhado de desonerações chamadas de “gasto tributário”, são sintomas de um sistema arcaico e disfuncional.

O voto do presidente do BC nas reuniões do Copom tem tanto valor quanto o de cada um dos outros oito diretores da autarquia, todos indicados pelo governante da hora e referendados pelo Senado, com mandato de quatro anos e demissíveis só em caso de falta grave.

Seria quase como um processo de impeachment no Senado e não pela canetada do presidente da República. Hoje, Lula já indicou quatro dos nove diretores e ano que vem terá maioria na diretoria do BC.

É certo que Campos Neto nunca escondeu sua afinidade com o então ministro Paulo Guedes e com Jair Bolsonaro. Não foi prudente ao aceitar ser homenageado pela Assembleia de São Paulo por indicação de um deputado radical, seguido de um jantar que lhe foi dado pelo governador Tarcísio de Freitas, aspirante a presidente em 2026.

O ponto não é esse. Que fosse um bolsonarista recluso e nem por isso a Selic seria ao gosto dos que lhe criticam. Achar isso é o mesmo que supor que os demais diretores, incluindo os de carreira do BC e os indicados por Lula, sejam fantoches. Não quer dizer que estejam certos, significa que esse é um debate muito malconduzido.

Algo vai mudar depois de Campos Neto? Não, se não cavocarmos as causas do custo do dinheiro proibitivo. Mas, se mudar, como ocorreu no governo de Dilma Rousseff, o resultado já é conhecido.

## Como baixar a bola do BC

O que pode ajudar a baixar a bola do BC é o governante entender o que lhe cabe exatamente e o que é próprio de uma agência autônoma, e a caminho de se tornar independente caso prospere no Congresso proposta em discussão no Senado de lhe dar alforria completa, com seu custeio vindo de uma taxa sobre a base monetária. Piro total!

A taxa Selic é regulada pelo BC, e só para isso tem autonomia, a partir da meta de inflação medida pelo IPCA, hoje de 3%. Quem fixa tal meta é o Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e mais o presidente do BC. O governo, portanto, é quem forma o princípio da taxa. O BC busca alcançá-la com uma série de exercícios econométricos e consultas ao mercado — uma metodologia que também poderia ser debatida no fórum do CMN.

Há outras formas de o governo abrir divergência, mesmo sem ferir a autonomia operacional do BC nem mudar a meta de inflação (quanto menor, maior o rigor monetário contracionista via juros). Políticas cambial e de crédito, por exemplo, são dadas pelo CMN.

Na Inglaterra, a pasta de finanças participa de reuniões do Copom local com direito de fala, mas não de voto. Também não é ofensivo à ordem política dirigentes abertamente partidários. Nos EUA, todos os últimos chefes do Fed são afiliados ou ao Partido Republicano de Trump (caso do atual, Jerome Powell) ou ao Democrata de Biden.

O Fed, entre os bancos centrais, é o que mais influencia decisões dos demais devido à dominância do dólar no mundo. Então, não custa entender por que se discute lá a criação de um índice que capte as altas de preços derivadas do poder de mercado de empresas, com a ideia de que tais ocorrências não são da alçada de juros.

Enfim, juro baixo também é meta permanente e não só a inflação. O nexa dessas metas com a dívida nacional está no custo do estoque, função do juro cuja referência parte da Selic, e em sua dinâmica, função do déficit primário (que abate o custo da dívida, portanto, é a parcela do orçamento que excede a arrecadação tributária).

Só que a relação entre juro, inflação e dívida como proporção do PIB tem uma sutileza. Por ser grande, ela atrai o grosso do caixa líquido de bancos e empresas, apropriando-se, num caso, de fundos destinados ao crédito, e, no outro, de gastos com investimentos. Dá-se a estagnação que nos faz crescer a reboque do mundo.

Esse é o trauma do atraso. A população cresceu 2,8% ao ano entre 1950 e 1980; a economia, 7% anual; e a renda per capita, 4,2%. Tal desempenho nunca mais aconteceu nem por períodos curtos. De 1981 adiante, a economia cresce ao ritmo de 2% ao ano, enquanto o PIB mundial quadruplica desde então ao ritmo anual de 3,5%. Isso é o que temos de passar a limpo. A febre, ou seja, o juro, é sintoma.